

# CARTAS DA BAHIA: GÊNEROS DO DISCURSO E LINGUÍSTICA POPULAR

## LETTERS FROM BAHIA: DISCOURSE GENRES AND FOLK LINGUISTICS

Marcelo Rocha Barros GONÇALVES<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho, pretendemos discutir as cartas de leitores e redatores dos jornais impressos *O Progresso* e *Folha do Norte* originalmente publicadas na primeira metade do século XX no município de Feira de Santana – Bahia. Nossa entrada nos textos dar-se-á sob a perspectiva da Linguística Popular (PAVEAU, 2020; GONÇALVES, 2021a) ou *Folk Linguistics* (NIEDZIELSKY; PRESTON, 2003) e da Análise do Discurso, especialmente no que tange à questão dos Gêneros Discursivos na forma que deu Maingueneau (2020) para o tema. Este ensaio é, por assim dizer, um pequeno estudo de “manifestações de não especialistas em matéria de língua e linguagem” (GONÇALVES, 2021b, p. 611) expressas através de uma determinada “unidade tópica de discurso” (MAINGUENEAU, 2015, p. 65).

**Palavras-chave:** Linguística Popular. Análise do Discurso. Gêneros do Discurso.

**Abstract:** In this essay, we intend to discuss the letters of readers and editors of the printed newspapers *O Progresso* and *Folha do Norte*, originally published in the first half of the 20th century in the municipality of Feira de Santana - Bahia. Our entry into the texts will take place from the perspective of Folk Linguistics (PAVEAU, 2020; GONÇALVES, 2021a; NIEDZIELSKY; PRESTON, 2003) and Discourse Analysis, especially regarding the issue of Discourse Genres in the form that gave Maingueneau (2020) to the theme. This essay is, so to speak, a small study of “manifestations of non-specialists in terms of language” (GONÇALVES, 2021b, p. 611) expressed through a certain topical unit of discourse (MAINGUENEAU, 2015, p. 65).

**Keywords:** Folk Linguistics. Discourse Analysis. Discourse Genres.

---

<sup>1</sup> Docente da UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: marcelo.barros@ufms.br

## | Introdução

Ensaíamos neste trabalho discutir as cartas de leitores e redatores dos jornais impressos *O Progresso* e *Folha do Norte* originalmente publicadas na primeira metade do século XX no município de Feira de Santana – Bahia. Nossa entrada nos textos dar-se-á sob a perspectiva da Linguística Popular (PAVEAU, 2020; GONÇALVES, 2021a) ou *Folk Linguistics* (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2003) e da Análise do Discurso, especialmente no que tange à questão dos Gêneros Discursivos na forma que deu Maingueneau (2020) para o tema. Este ensaio é, por assim dizer, um pequeno estudo de “manifestações de não especialistas em matéria de língua e linguagem” (GONÇALVES, 2021b, p. 611) expressas através de uma determinada unidade tópica de discurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 65).

Neste *carrefour* epistemológico (BARONAS; CONTI, 2019), pretendemos discutir como estes sujeitos falantes “leigos” operam e manipulam estruturas mais ou menos rígidas de “dispositivos de comunicação sócio-historicamente condicionados” (MAINGUENEAU, 2010, p. 130). Numa perspectiva antieliminativa (PAVEAU, 2019), estas práticas linguísticas podem revelar estratégias bastante interessantes sobre o trabalho destes falantes não linguistas com os gêneros do discurso, seja com a vasta tipologia de cartas (de despedida, de cobrança, de expediente, etc.), seja com a própria estrutura (interna) de interlocução e interação destes tipos textuais.

Trabalhamos aqui com as cartas que foram posteriormente compiladas em edição fac-similada e semidiplomática em CD-ROM sob o título de *Publica-se em Feira de Santana* (ver CARNEIRO; OLIVEIRA, 2006), como produto do projeto *Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro* (CNPq - Processo 401433/2009-9/Consepe: 102/2009), sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Nas palavras das organizadoras, o projeto trabalhou:

[...] em parceria com o *Programa para a História do Português* (PROHPOR), coordenado por Sônia Bastos Borba Costa, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e com o projeto nacional *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) – coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho, da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) –, via PHPB-Bahia, coordenado por Tânia Conceição Freire Lobo, da UFBA. (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2006, p. 5).

Neste trabalho<sup>2</sup> aproveitamos também, por fim, para prestar uma singela e merecida homenagem à professora e fundadora do PROHPOR Rosa Virgínia Mattos e Silva (1940-2012)<sup>3</sup> no ano em que lamentamos uma década de seu passamento.

---

2 Agradecemos ao CNPq (Processo nº 408981/2021-0) e à UFMS (Projeto de Pesquisa Abecedário Popular da Linguística Brasileira (1881-1922)) pelo financiamento parcial desta pesquisa.

3 Ver <https://bit.ly/3Uz54KQ>, elaborado por Roberto L. Baronas.

Para tanto, organizamos o presente texto como segue: um breve panorama dos estudos em Linguística Popular, uma discussão sobre as unidades tópicas e não tópicas do discurso (em especial, o gênero Carta), algumas cartas para análise de suas estruturas internas e do trabalho destes sujeitos e algumas considerações finais sobre como estes saberes populares podem infletir os (e nos) estudos linguísticos.

## **| Linguística Popular ou Folk**

Já trabalhamos em outros momentos de investigação com a apresentação de um quadro geral para a área de estudos que se consolidou como linguística popular ou *folk linguistics* (no original em inglês).

Em Gonçalves (2021b), apresentamos a Linguística Popular no âmbito da Historiografia Linguística, retomando desde o trabalho de Bloomfield (1944) que desconsiderava as manifestações terciárias de falantes leigos sobre língua e linguagem até a análise de Brekle (1984) que asseverava a importância e pertinência da Linguística Popular ora como uma disciplina da Linguística, ora fazendo parte do conjunto de dados para uma história da linguística. Nas palavras do próprio Brekle (1984, p. 56, tradução nossa<sup>4</sup>), a Linguística Popular deveria ser tomada, ao mesmo tempo, “como uma disciplina da linguística no sentido de uma sócio-psico-linguística que lidaria com as opiniões e práticas que qualquer “falante natural” opera no uso da língua” e “como fazendo parte do conjunto de dados para uma história da linguística”.

Em Gonçalves (2021a), apresentamos um panorama geral da Linguística Popular incluindo a recente produção brasileira numa geografia mais expandida: do trabalho seminal de Hoenigswald (1966) até os trabalhos de Niedzielsky e Preston (2003) nos EUA e as contribuições de Paveau (2020) na França. O projeto da *Gramatiquinha* do escritor brasileiro Mário de Andrade, neste sentido, mostrou-se bastante rico naquele momento para a discussão das práticas linguísticas, especialmente as práticas descritivas e militantes, ou seja, de um modo geral, das manifestações sobre língua e linguagem realizadas por falantes comuns, pessoas de carne e osso. Vale lembrar que tomar Mário de Andrade como um linguista não é por absoluto um trabalho novo e inédito – ver Scliar Cabral (1986) e De Oliveira Bonermann e Cox (2019), nem também significa dizer que o debate está definitivamente encerrado ou finalmente vencido.

Nossa preocupação neste trabalho está centrada naqueles “locutores naturais” de Brekle (1984, p. 56), os não especialistas portanto, aqueles falantes que, ao se manifestar sobre a língua ou a linguagem (sua ou mesmo dos outros), produzem um saber sobre a língua(gem), realizam uma prática linguística sobre as manifestações languageiras.

---

4 No original: “comme discipline de la linguistique dans le sens d’une socio-psycho-linguistique qui s’occuperait des opinions et des pratiques que n’importe quel ‘locuteur naturel’ fait fonctionner dans l’usage de la langue” e “comme faisant partie de l’ensemble des données pour une histoire de la linguistique.”

Estes saberes e estas práticas linguísticas podem mesmo, por vezes, constituir-se como uma metalinguagem, mas nem sempre e não no sentido de uma mera terminologia ingênua sobre a língua, e sim no sentido da elaboração de uma hipótese sobre língua, uma hipótese para a língua. Desta forma, os não especialistas para a Linguística Popular não são exatamente pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade ou falantes exóticos específicos, tipos curiosos, jocosos, etc.

Neste ensaio pretendemos contribuir para a discussão sobre estes não especialistas quando realizam práticas linguísticas, notadamente quando trabalham com “dispositivos de comunicação sócio-historicamente condicionados” (MAINGUENEAU, 2010, p. 130), como já enfatizamos. Já anteriormente delineadas enquanto “práticas profanas” (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2019, p. 4262), estas práticas linguísticas foram apresentadas por De Oliveira Bonermann e Cox (2019, p. 4273) conforme o quadro seguinte, levando em consideração a categoria dos não especialistas:

**Quadro 1** – Da linguística científica à linguística *folk*

Linguistas profissionais	Fornecem descrições linguísticas;
Cientistas não linguistas	Propõem descrições linguísticas, a exemplo do que faz Pierre Bourdieu em <i>A distinção: crítica social do julgamento</i> ;
Linguistas amadores	Fornecem prescrições e descrições linguísticas, a exemplo do que faz o jurista Gérard Cornu em seu manual de linguística jurídica;
Logófilos, glossomaníacos e outros “loucos da língua”	Empreendem intervenções na língua, quer por invenção, quer por deformação, a exemplo de Jean-Pierre Brisset ou George Orwell;
Preparadores, revisores e redatores	Sugerem descrições e prescrições (incluindo correções);
Escritores, ensaístas	Ensaia práticas linguísticas descritivas e interventivas, a exemplo de Artaud que, dotado de um saber linguístico, epilinguístico e plurilinguístico, se esforça para elaborar outra língua, cujas características são, essencialmente, a mistura e a transgressão ao sistema;

Ludolinguistas	Fazem descrições-interpretações linguísticas, a exemplo de humoristas, imitadores, autores de histórias bobas, autores de jogos sobre as palavras;
Falantes engajados	Realizam práticas linguísticas descritivas e interventivas, a exemplo do “ateliê de análise e de crítica do discurso político” intitulado, antifrasticamente, “O mundo reencantado de Nicolas Sarkozy”, proposto em 2007, em Paris, no 19º Distrito, pela Coordenação dos Trabalhadores Temporários e Precários da Île-de-France, com o intuito de desenvolver meios eficazes de combater os efeitos do discurso político autorizado sobre os eleitores.
Falantes comuns	Realizam práticas linguísticas descritivas, prescritivas e interventivas, podendo ser encontrados entre quaisquer categorias profissionais que não tenham por hábito refletir sobre a língua, a exemplo de vendedores de loja, autores desconhecidos das colunas de leitores de jornais e revistas e usuários de <i>blogs</i> e fóruns, etc.

**Fonte:** De Oliveira Bonermann e Cox (2019, p. 4273)

Mais recentemente, Paveau (2020, p. 19-20) expande não só o modelo tripartite de práticas profanas como o proposto acima, incluindo aí as práticas linguísticas ditas militantes, nas quais o “questionamento de usos linguísticos, especialmente os de caráter racista, homofóbico, machista, etc.” pode ser formulado pelos não especialistas; mas expande também as categorias dos não especialistas, na medida em que inclui a categoria das crianças linguistas. Assim, além das práticas normativas, descritivas e intervencionistas já verificadas anteriormente, há/haveria ainda as práticas linguísticas militantes e quanto às categorias dos praticantes, ao *continuum* entre os linguistas profissionais e os falantes comuns, seria acrescentada a categoria das crianças linguistas.

Por fim, e não menos importante, é preciso reconhecer que estas manifestações espontâneas realizadas por não especialistas podem ocorrer sobre todos os níveis de análise linguística, ou seja, desde os estratos mais baixos aos mais altos (e por que não externos às Ciências da Linguagem?) da situação linguística. Assim, o falante comum pode traçar comentários sobre a sua própria fonação ou mesmo sobre situações reais de argumentação, etc. Com isso reconhecemos que quando falamos de uma Linguística Popular, estamos na verdade falando de uma fonologia popular, uma sintaxe popular, etc., e assim por diante, até os níveis superiores que abarcariam uma argumentação popular (DOURY, 2021) ou mesmo uma pragmática popular (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2021).

Neste *desideratum*, cremos que tomar as cartas como dispositivos de comunicação deste tipo pode melhor revelar as práticas linguísticas destes falantes sobre as estruturas mais ou menos rígidas e fixadas do gênero do discurso. Nas próximas seções, pretendemos apresentar as Unidades Tópicas do discurso e o Gênero Carta.

## **| Unidades Tópicas do Discurso: tipos e gêneros**

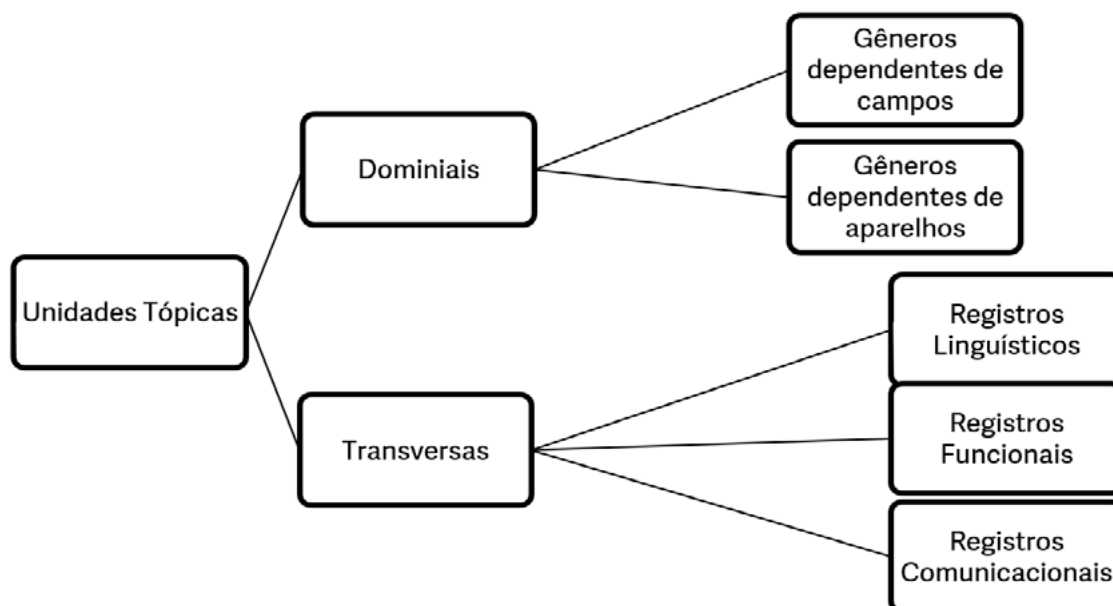
Maingueneau (2020, p. 206) apresentou um quadro bastante interessante sobre as unidades tópicas e não-tópicas do discurso quando tomou o conceito de formação discursiva para estabelecer o papel do pesquisador em Análise do Discurso. Ao distinguir dentro das unidades tópicas aquelas que são dominiais e aquelas que são transversais, trouxe à baila as noções de “tipos e gênero do discurso”. Para ele:

As unidades que poderíamos dizer dominiais correspondem a espaços já “pré-recortados” pelas práticas verbais. Pode tratar-se de tipos de discursos, associados a certo setor de atividade da sociedade – discurso administrativo, publicitário, político... – com todas as subdivisões que queiramos. Esses tipos englobam gêneros de discursos, entendidos como dispositivos sócio históricos de comunicação, como instituições de fala reconhecidas. (MAINGUENEAU, 2020, p. 206).

Nesse sentido, os tipos e os gêneros de discurso seriam tomados numa relação de reciprocidade, ou seja, o *tipo* seria um agrupamento de gêneros enquanto o *gênero* só o seria quando pertencente a um tipo (MAINGUENEAU, 2020).

As unidades transversas, por sua vez, “[...] atravessariam as unidades pertencentes a um domínio, mas seriam estabilizadas sobre uma cartografia linguística ou comunicacional.” (MAINGUENEAU, 2020, p. 202). Desta maneira, estas unidades seriam transversas em relação ao gênero e ao posicionamento, e definidas conforme os registros segundo critérios puramente linguísticos, funcionais e comunicacionais. Por fim, propomos o seguinte organograma sinóptico das unidades tópicas.

**Figura 1** – Unidades Tópicas



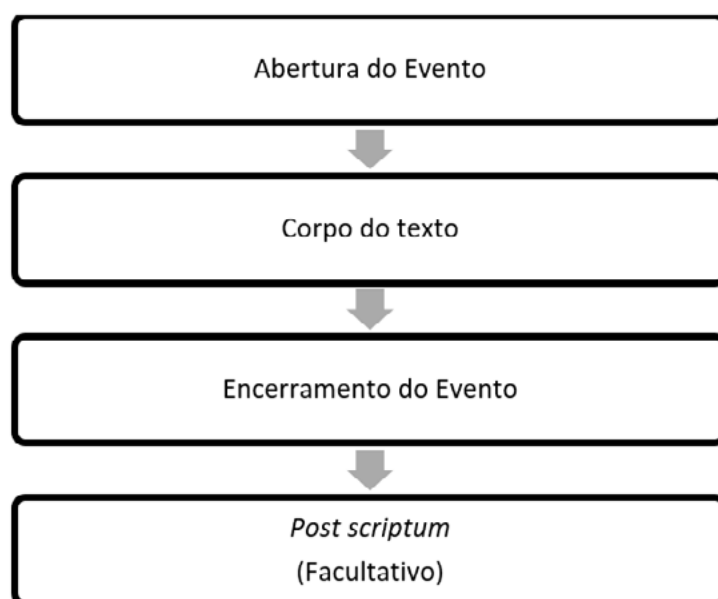
**Fonte:** Adaptado de Maingueneau (2020, p. 205).

## **| O Gênero Carta**

Por óbvio que a questão dos Gêneros do Discurso é amplamente – e de longa data – discutida nos estudos da linguagem. Desde os mais antigos estudos epistolares clássicos (as cartas de Horácio no século I a.C.) até o investimento recente da Linguística Textual (MARCUSCHI, 2002) ou mesmo da Argumentação (SENA; FIGUEIREDO, 2013) ou da (Nova) Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), vemos a carta como um objeto mais ou menos definido no radar das investigações. Silva (2002), por exemplo, dedica um esmerado trabalho sobre as cartas pessoais, “das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos”, como indica o próprio título. E é inegável a contribuição que seu trabalho e outros (e em outras áreas) deram para discussão sobre o assunto, especialmente se pensarmos de um ponto de vista “estritamente” normativo-linguístico, tomado aí a partir de algumas características estruturais pré-determinadas, ou seja, as cartas enquanto suas características e tipicidades.

Silva (2002, p. 67) vai opor as cartas de caráter público às de caráter privado, para, finalmente, apresentar uma estrutura composicional geral do gênero, o que a própria autora denomina adiante como “protótipo da noção de carta”. Abaixo vemos o seguinte esquema proposto:

**Figura 2** – Representação da estrutura composicional da carta



**Fonte:** Silva (2002, p. 132)

Mas qual o estatuto afinal separaria as cartas das demais unidades tópicas?

As cartas parecem guardar para si minimamente a característica da correspondência – o *entre dois*. No amplo espectro de teorias linguísticas (específicas e gerais), reconhece-se que a relação entre os dois sujeitos é necessária ou constitutiva às cartas, daí falar em diálogo, interação, interlocução, emissão, etc., *com*, *entre* e *para* alguém. Ponto pacífico nas mais variadas epistemologias, a relação *eu-tu* nem sempre se resume à interlocução entre duas pessoas físicas específicas, ou seja, tanto emissor quanto receptor podem representar os mais variados papéis na vida pública ou privada: há cartas nas quais o *eu* pode representar desde uma pessoa a uma instituição, uma empresa, um coletivo, etc. e o mesmo pode acontecer com o destinatário, o *tu* ser (representado por) *vários*. Os exemplos são dos mais variados: cartas pessoais de caráter privado, a carta do apóstolo Paulo aos Romanos, a carta de Getúlio Vargas de 1954, a Carta das Nações Unidas, etc...

O que ocorre nas cartas que as diferenciam de um simples diálogo é que nelas a interlocução se dá em turnos com início marcadamente visível, ou seja, está marcada no tempo do evento pelas manifestações do autor remetente a um destinatário. Há um marco temporal claramente especificado que inicia o evento da correspondência, ou seja, o início de um turno. Outra característica estrutural marcadamente fundamental das cartas é que elas são suportadas pela escrita, uma vez que a interlocução não é presencial.



Na nossa perspectiva, as cartas poderiam ser consideradas conforme os tipos de discurso enquanto unidades tópicas dominiais, que “corresponderiam a espaços já “pré-recortados pelas práticas verbais” (MAINGUENEAU, 2020, p. 201). Parafrasticamente, repetimos que tomadas as cartas segundo os tipos de discurso, elas poderiam ser associadas a certo(s) setor(es) da atividade social – discurso administrativo, publicitário, político, jornalístico... – e englobariam “gêneros de discursos, entendidos como dispositivos sócio-históricos de comunicação, como instituições de fala reconhecidas.” (MAINGUENEAU, 2020, p. 201).

Na próxima seção, vamos tratar de algumas cartas constantes nos jornais *O Progresso* e *Folha do Norte*, publicadas na primeira metade do século XX em Feira de Santana na Bahia. Distantes de uma abordagem exaustiva do assunto, pretendemos nos ater a certos tipos verificados, bem como a algumas características observadas.

## Cartas da Bahia

Observando as cartas de leitores e redatores de dois jornais de Feira de Santana *O Progresso* e *Folha do Norte*<sup>5</sup> (1901-1950) como gênero do discurso, seus tipos, pensando também em caracteres distintivos recorrentes, poderíamos quem sabe até falar em grupos ou classes, como é o caso das cartas de despedida, as cartas de cobrança, de protestos<sup>6</sup>, de expediente, etc. As cartas de despedida, como o próprio nome sugere, apresentam o ato de despedir, de dizer adeus, e são bastante recorrentes, como verificamos por exemplo n’*O Progresso* em 09/03/1901 e na *Folha do Norte* em 14/06/1941 e 28/03/1942 (em CARNEIRO; OLIVEIRA, 2006, respectivamente p. 7, 116 e 122). Geralmente, a despedida é feita por um indivíduo que, depois de algum tipo de prestação de serviço no município, diz adeus à Feira de Santana, Bahia.

Há ainda as cartas de cobrança, quase tipos cartoriais por assim dizer, nas quais protestos e dívidas de toda a sorte são cobrados publicamente, como é o caso da carta n’*O Progresso* de 05/01/1902 e na *Folha do Norte* em 25/12/1910, 24/02/1911 e 19/07/1913 (em CARNEIRO; OLIVEIRA, 2006, respectivamente p. 21, 65, 68 e 80). Separamos dentre elas as cartas 13 de 23 de fevereiro de 1911 e 21 de 19 de julho de 1913, de autoria do Sr. João Regis Martins, dono da loja *Inah, a barateira e vantajosa*, para tecer alguns comentários especificamente sobre a maneira como são representados os destinatários.

---

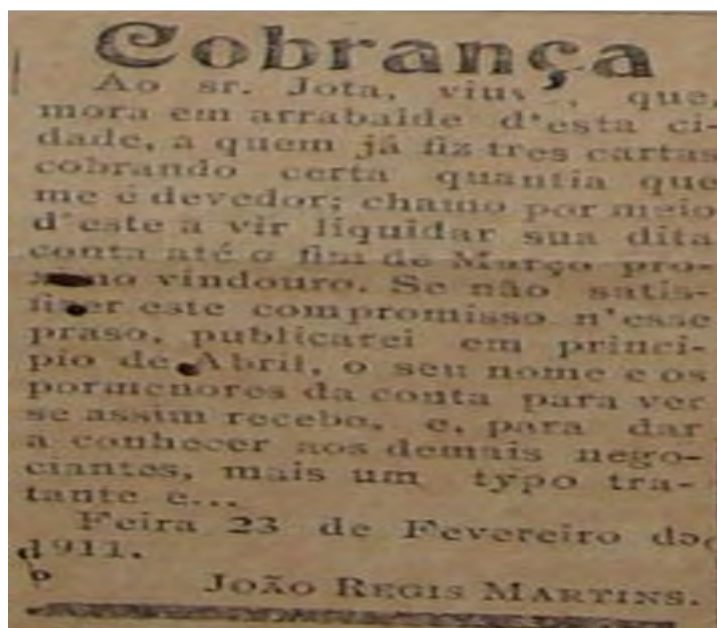
5 Ver <http://www.folhadonortejornal.com.br/sobre/>.

6 No sentido jurídico mesmo, melhor definido hoje nos termos da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997: “Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida”. Ver [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L9492.htm#:~:text=L9492&text=LEI%20N%C2%BA%209.492%2C%20DE%2010,d%C3%ADvida%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9492.htm#:~:text=L9492&text=LEI%20N%C2%BA%209.492%2C%20DE%2010,d%C3%ADvida%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.)

### CARTA 13

**Cobrança** Ao sr. Jota, viuvo que,| mora em arrebalde d'esta ci-|dade, a quem já fiz tres cartas| cobrando certa quantia que| me é devedor; chamo por meio| d'este a vir liquidar sua dita| conta até o fim de Março pro-|ximo vindouro. Se não satis-|fizer este compromisso n'esse| praso, publicarei em princi-|pio de Abril, o seu nome e os| pormenores da conta para ver| se assim recebo, e, para dar| a conhecer aos demais nego-|ciantes, mais um typo tra-|tante e...|| Feira 23 de Fevereiro do| 1911.|| JOÃO REGIS MARTINS.|

**Imagem 1** – Carta 13

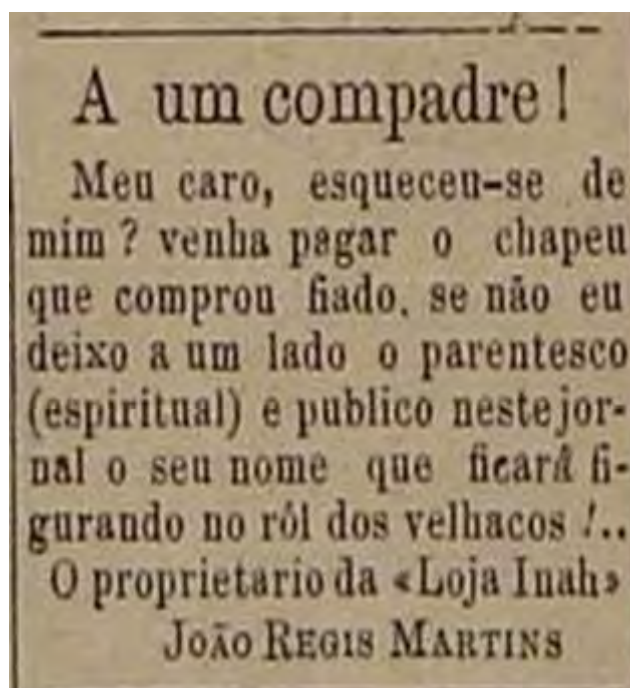


**Fonte:** Carneiro e Oliveira (2006, p. 68)

### CARTA 21

A um compadre!| Meu caro, esqueceu-se de| mim? venha pagar o chapeu| que comprou fiado, se não eu| deixo a um lado o parentesco| (espiritual) e publico| neste jor-|nal o seu nome que ficará fi-|gurando no rôl dos velhacos!..|| O proprietario da "Loja Inah"| JOÃO REGIS MARTINS|

Imagem 2 – Carta 21



Fonte: Carneiro e Oliveira (2006, p. 80)

Nas cartas de cobrança do Sr. João Regis Martins, permeadas de humor e ironia, fixa-se uma estrutura básica: uma introdução com as qualificações do destinatário sempre anonimizado (Sr. Jota, o viúvo; o compadre que comprou o chapéu fiado), o objeto da cobrança (uma quantia em dinheiro; um chapéu) e o fechamento realizado pela assinatura do remetente. Há nestas cartas de cobrança, por assim dizer, uma espécie de ameaça aos devedores, que tornar-se-ão revelados aos leitores como *tratantes* ou *velhacos*.

Há também, dentre as cartas de cobrança, as cartas que poderíamos chamar de expediente, como se fossem tipos notariais. Vamos tomar aqui o significado do *Notário*, do escriba que redige os atos administrativos, no caso o *redactor*. Nestas ocorrências, a autoria remete evidentemente ao jornal (enquanto instituição mesmo) e serve para cobrar a assinatura do jornal, importante meio de subsistência do periódico. N'O *Progresso*, tomamos como exemplos as cartas 2 de 20 de janeiro de 1901 (*Expediente*) e 16 de 05 de fevereiro de 1902 (*Aos nossos dignos assignantes*).

Carta 02

**EXPEDIENTE** | De novo pedimos aos nossos | assignantes e aos devedores | desta Empreza o favor de pa-|garem as suas assignaturas e | debitos [[de]] de publicações. || Nunca declaramos que o paga-|mento de assignaturas e publi-

lações fosse adiantados por ser| praxe de todos os jornaes.|| E' rasoavel que deve ser| assim, desde que a principa| fonte de receita destas pequenas| Empresas, é assignaturas e pu-|blicações, o que nem sempre dá| para todos os compromissos.|| Isto de fazer diversas publi-|cações com promessas de bom| pagamento e ficar no desembolso| não é sério,e colloca-nos em| dificuldades.|| Temos 500 e tantos assignantes| e destes apenas 20% pagam, e| os demais....|| É triste registrar semelhante| facto, que mostra não haver| entre nós gosto para as causas| justas. Portauto <Portanto> pedimos que até| o fim do mez os nossos dignos| assignantes em atrazo e os senhores| devedores de trabalhos e pu-|blicações, venham, mandem ou| paguem ao cobrador quando lhe| apresentar o competente recibo.|| Do fim do mez em diante sus-|pendemos a remessa do nosso| humilde jornal aos que não le-|varem em conta o nosso pedido.|| Os que não desprezarem| e nunca deixaram de pagar as| suas assignaturas, trabalho e pu-|blicações, cordialmente agrade-|cemos e publicaremos os seus| respeitaveis nomes como nossos| auxiliaadores.|| Para os rebeldes teremos um| registro especial.|| Desta vez esperamos ser atten-|didos.||

Carta 16

**Aos nossos dignos assignantes**|| Aos nossos dignos assi-|gnantes, quer do centro| quer da cidade, ainda mais| uma vez rogamos a fineza| de mandarem satisfazer| o pagamento de suas as-|signaturas; luctamos com| muitas dificuldades para| a sustentação deste peri-|odico e é justo que ellas| sejam compensadas.|| Assim esperamos.||

Nos documentos com os quais trabalhamos, chamou-nos atenção também a intensa correspondência entre os periódicos da região. Neste domínio (que poderíamos chamar de jornalístico), a interação revela não apenas os diferentes posicionamentos políticos dos jornais, mas sobretudo que as cartas seriam dependentes das instituições que as produzem, ou seja, configurariam unidades tópicas dominiais com gêneros dependentes de aparelhos. Destacamos duas destas correspondências no jornal *Folha do Norte*, a carta intitulada *É Mentira* de 25 de dezembro de 1909 e a *Carta Aberta* de 11 de dezembro de 1910.

Carta 04

**E' mentira**| A "Folha do Norte" em| tempo algum disse, pelas| suas columnas, que o "ma-|tadouro desta cidade é fru-|cto da transacta adminis-|tração, conforme affirma| capciosamente a [...|ciosa| gazetilha "O Municipio" de| 18 do corrente.|| O publico que procure ler| o artigo "Matadouro, Cepo| e Machado", publicado no| numero 13 da "Folha do| Norte", de 11 do fluente,| que ha de encontrar o se-|guinte periodo, quando se re-|fere ao matadouro: "*Predio| innegavelmente de valor, de| optima topographia e boa| edificação* FRUCTO DE| TRANSACTA ADMINIS-|TRAÇÃO, etc.|| Quando se diz DE TRAN-|SACTA ADMINISTR<A>ÇÃO|

— quer se dizer de adminis-|trações passadas, sem que| se especialise ou se determi-|ne qual das passadas admi-|nistrações, que nos legou| esse predio de valor, de| optima topographia e boa| edificação.|| Ainda assim, os taes srs.| d’ “O Municipio”, dizem que| sabem portuguez, quando| nem ao menos conhecem a| grammatica.|| Ora, srs. beocios procu-|rem um outro meio de con-|testar; não mintão, porque a| mentira alem de condemna-|vel é horripilante.|

**Imagem 3 – Carta 04**



**Fonte:** Carneiro e Oliveira (2006, p. 58)

Carta 10

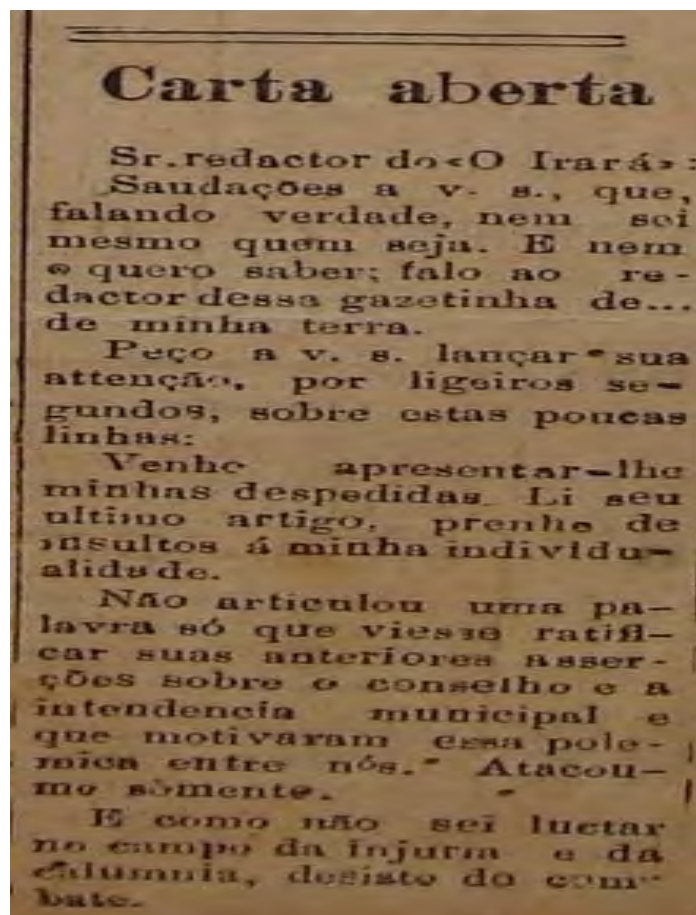
**Carta aberta** | Sr. redactor do “O Irará”:|| Saudações a v.s., que,| falando verdade, nem sei| mesmo quem seja. E nem| o quero saber; falo ao re-|dactor dessa gazetinha de...| de minha terra.|| Peço a v.s. lançar sua| atenção, por ligeiros se-|gundos, sobre estas poucas| linhas:|| Venho apresentar-lhe| minhas despedidas. Li seu| ultimo artigo, prenhe

de| insultos á minha individu-|alidade.|| Não articulou uma pa-|llavra só que viesse ratifi-|car suas anteriores asser-|ções sobre o conselho e a| intendencia



municipal e| que motivaram essa pole-|mica entre nós. Atacou-|me sòmente.|| E  
como não sei lutar| no campo da injuria e da| calumnia, desisto do com-|bate.|

**Imagem 4** – Carta 10



**Fonte:** Carneiro e Oliveira (2006, p. 64)

Nas duas cartas acima, nosso foco está centrado na construção da argumentação, ou naquilo que poderíamos chamar de uma retórica popular, uma argumentação popular (DOURY, 2021). Nestes casos, os recursos para o embate retórico se dão através de estratégias e manifestações espontâneas que poderíamos considerar popular e giram na administração local, o que atualmente representaria a prefeitura da cidade, ou dos próprios aparelhos/instituições, nos casos específicos, os jornais. Nas duas ocorrências, a estratégia argumentativa consiste no recurso às práticas normativas para desmerecimento ou desqualificação do interlocutor com vistas ao convencimento e à persuasão, em direção portanto aos lugares da argumentação, neste caso o lugar da essência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 106), e ao tipo de argumentação, por conseguinte um argumento de autoridade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348).

Na primeira carta, o mote é a falta com a verdade, a imputação de má fé pela outra parte. Há um julgamento da maneira como o jornal opositor *O Município* interpreta o texto original e o argumento principal é o de que são desconhecedores da *grammatica*. Verificamos neste ponto um recurso comum em instrumentos linguísticos normativos, como gramáticas, dicionários e manuais, que consiste quase numa errata, numa correção portanto: onde se lê x, leia-se y; ou como na carta “quando se diz x, quer se dizer y”. Por último, como uma espécie de *falácia ad hominem*, vale destacar a escolha lexical do termo beócio (*Srs. beocios*), expressão canonizada na língua portuguesa para indicar os simplórios, os ignorantes, etc.

Na segunda, o opositor é o redator do jornal *O Iará* e novamente a estratégia da argumentação está centrada na desqualificação ou mesmo desconhecimento do seu interlocutor (...*falando verdade, nem sei mesmo quem seja*). Mais uma vez, a desqualificação do opositor está baseada em práticas normativas (*Não articulou uma palavra só que...*) e, neste caso, a falta com a verdade e as ofensas são o motivo da desistência da argumentação, da despedida do combate. Nas duas cartas, ilustrativamente, o recurso ao diminutivo serve como desqualificação dos jornais oponentes, como ocorre em *gazetilha* e *gazetinha*.

Por último, destacamos que as cartas dos jornais de Feira de Santana, ou *Cartas da Bahia* como apelidamos, estão incluídas no que Silva (2002, p. 67) considera como “gêneros epistolares de esfera pública” e portanto são utilizadas em diversas situações comunicativas. Nesta perspectiva, as práticas comunicativas desses gêneros não estão circunscritas unicamente a um domínio ou campo discursivo específico, como o ambiente acadêmico, religioso ou jornalístico, ao contrário, podem estar assentadas nas mais vastas atividades do convívio social.

## **| Considerações finais**

Mobilizamos neste ensaio dois conjuntos teóricos distintos, a saber a Análise do Discurso e a Linguística Popular, para analisar manifestações de não especialistas sobre língua e linguagem. Utilizamos este manancial teórico com o intuito de melhor compreender os investimentos de falantes comuns, leigos em matéria de estudos linguísticos, quando operam sobre os gêneros do discurso, em específico Cartas que circularam em jornais impressos no início do século XX, no município de Feira de Santana, na Bahia.

Por último, asseveramos a importância do trabalho da professora e pesquisadora Rosa Virginia, especialmente pelos seus esforços para a constituição e construção de grandes *corpora* da língua portuguesa no Brasil.

## **| Referências**

ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M.-A. Linguística Popular – A Linguística “fora do templo”. *Revista Fórum Linguístico*, Florianópolis, p. 4257-4270, 2019.

BARONAS, R.; CONTI, T. Notas sobre a possibilidade de um trabalho no *carrefour* epistemológico entre a linguística popular e os estudos do discurso. *Revista Fórum Linguístico*, Florianópolis, p. 4285-4294, 2019.

BLOOMFIELD, L. Secondary and tertiary responses to language. *Language*, p. 45-55, 1944.

BREKLE, H. E. La linguistique populaire. In: AUROUX, S. (dir.). *Histoire des idées linguistiques*. Bruxelles: Mardaga, 1989.

CARNEIRO, Z. de O. N.; OLIVEIRA, M. F. de. Publica-se em Feira de Santana Das cartas de leitores e redatores e dos anúncios em *O Progresso* e na *Folha do Norte* (1901-1997). UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, Editora da UEFS, 2006.

DE OLIVEIRA BONERMANN, N. B.; COX, M. I. P. Mário de Andrade: um (socio) linguista folk. *Fórum Linguístico*, v. 16, n. 4, p. 4271-4284, 2019.

DOURY, M. “Isso não é um argumento”: alguns aspectos acerca das teorizações espontâneas sobre a argumentação. Tradução de F. Gibbin e M. Gonçalves. In: GONÇALVES, M. R. B.; BARONAS, R. L.; CONTI, T. C. B. (org.). *Linguística popular/Folk Linguistics: saberes linguísticos de meia tigela?* Campo Grande: Editora UFMS, 2021.

GONÇALVES, M. R. B. Sobre a Linguística Popular de Mário de Andrade. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 4, e490, 2021a.

GONÇALVES, M. R. B. A Linguística Popular e a Historiografia Linguística. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 3, p. 609-620, 7 dez. 2021b.

HOENIGSWALD, H. M. A proposal for the study of folk-linguistics. *Sociolinguistics: Proceedings of the UCLA Sociolinguistic Conference 1964*, ed. by W. Bright, The Hague, Mouton, 1966.

HORÁCIO. *Epístolas*. Ed. Cotovia. 2017.

MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 61-87.



- MAINGUENEAU, D. Formação discursiva, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 194-209.
- MARCUSCHI, L. A. *et al.* Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *Gêneros textuais e ensino*, v. 2, p. 19-36, 2002.
- NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. *Folk linguistics*. Walter de Gruyter, 2003.
- NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. Pragmática Popular. In: BARONAS, R. L.; GONÇALVES, M. R. B.; SANTOS, J. A. B. (org.). *Linguística popular: contribuições às ciências da linguagem*. Araraquara: Letraria, 2021.
- PAVEAU, M.-A. *Linguística folk: uma introdução*. Organizado por Roberto Leiser Baronas, Tamires Cristina Bonani Conti e Julia Lourenço Costa. Araraquara: Letraria, 2020.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L.; COELHO, F. O. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SCLIAR CABRAL, L. *As ideias linguísticas de Mário de Andrade*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.
- SENA, G. C. A; FIGUEIREDO, M. F. Um estudo da Teoria da Argumentação da Retórica Aristotélica à Teoria dos Blocos Semânticos. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 2, n. 1, p. 4-23, jan./jun. 2013.
- SILVA, J. Q. G. *Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos*. 2002. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

### Como citar este trabalho:

GONÇALVES, Marcelo Rocha Barros. Cartas da Bahia: gêneros do discurso e linguística popular. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 49-65, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.17062>.